



INFORME DE BASE **AGO-06**

Brasília, 23 de agosto de 2016.

Plantão DN: Rogério, Angela, Eurídice, Edson e Fernando José.

Em Brasília: Gibran e Léia Oliveira (CG); Paulo Vaz (CAF).

INFORMES DE BASE

"Todo o conteúdo publicado neste espaço (IB) é de inteira responsabilidade da entidade de base que o assinar. A FASUBRA se exime de qualquer responsabilidade pelo conteúdo publicado neste espaço".

SINDIFES: "NOTA DA BASE DO SINDIFES"

A Base do SINDIFES vem conclamar as demais bases da FASUBRA a participarem da luta e da resistência contra todos os ataques que a Educação e a Saúde estão sofrendo do governo interino de Michel Temer, consolidados através da ação dos Ministros da Educação, Mendonça Filho, e da Saúde, Ricardo Barros.

Está em curso no Congresso Nacional a tramitação da PEC 241/2016, que atinge diretamente o serviço público federal e os servidores com a proposta de limitação de gastos, redução de recursos, redução dos serviços e congelamento de salários e de carreiras, além dos cortes no orçamento de 45% do investimento e 20% no custeio. Outras medidas apontam cortes de 70% nas bolsas de pós-graduação da CAPES; cortes no PNAES, os recursos de assistência para manutenção dos alunos; esvaziamento dos fóruns da Educação (CONAE e outros); extinção de cargos da SECADI, fundamental para a educação inclusiva para jovens e adultos, de ações afirmativas para quilombolas e para indígenas, incorporação do nome social para os LGBTTs, entre outras; proposição de pagamento de mensalidades nas IFES; proposição do projeto denominado "Escola sem Partido", que visa retirar a formação de cidadãos críticos; proposição da extinção/incorporação do Ministério de Ciência e Tecnologia pelo Ministério das Comunicações; suspensão da delegação dos Reitores para realizar redistribuição e efetivar os servidores concursados, sendo obrigatório o envio de tais ações para o Ministro da Educação, o que fere o princípio da autonomia universitária, dentre outras.

Há, também, a ameaça de aprofundar a precarização do Sistema Único de Saúde (SUS), quando o governo interino propõe "reduzir o tamanho do SUS" e criar planos de saúde privados populares, o que de fato está se efetivando. Neste sentido já foi instituído Grupo de Trabalho, através da Portaria nº 1.482/2016, para elaborar o Projeto do "Plano de Saúde Acessível". E deste grupo participa a Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNSEG), enquanto que a sociedade civil, por meio dos seus organismos participativos, ficou fora da Portaria e, portanto, do debate. Há, ainda, a proposta de privatização da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), responsável pela gestão dos hospitais universitários, com o aval dos ministros interinos da Saúde e da Educação, o que significa precarizar ainda mais o SUS e os Hospitais Universitários, retirando do poder público a sua obrigação constitucional de garantir a saúde e a educação da população. Configura, portanto, aquilo que a nossa Categoria já temia e alertava desde o início da discussão sobre o convênio dos hospitais universitários com a EBSERH, que é a privatização da saúde e a subjugação dos HUs ao mercado.

Existe, ainda, em avançado processo de tramitação no Congresso Nacional, o PLP257/2016, que ataca os serviços públicos estaduais e municipais. Além dele, tramita o PLP4567/2016, que propõe que a Petrobrás deixe de ser a única detentora da exploração do petróleo brasileiro e, principalmente, do Pré-sal, que originalmente destinaria trilhões de reais para a Educação, Saúde e áreas Sociais brasileiras. Ainda, está em curso um projeto de Reforma

da Previdência que retira direitos dos trabalhadores e, em especial, das mulheres. A proposta de flexibilização da CLT, entre muitos outros projetos de leis, irá retirar direitos dos trabalhadores e da sociedade.

Tais ataques já seriam suficientes para que nossa Federação assumisse o papel de organizar a Categoria para a resistência, convocando as suas bases para a luta. E, neste sentido, a Categoria já deveria ter sido orientada a aprovar indicativo de greve para a segunda quinzena de agosto.

Infelizmente, como até o presente momento há uma inexplicável inércia e omissão da nossa Federação, o SINDIFES, preocupado com as consequências das propostas de cortes nas IFES, que comprometerão não somente a qualidade do ensino, pesquisa e extensão, mas impactarão diretamente o nosso trabalho nas instituições; com as perdas de direitos dos servidores públicos por causa de projetos de Lei que poderão congelar salários e carreira por 20 anos; com as propostas de retirada de direitos da classe trabalhadora, dentre outros, é que conclamamos as demais entidades da base da FASUBRA a se juntarem a nós neste movimento de resistência aos maiores ataques ao serviço público e às classes trabalhadoras de que se têm notícia na história deste país. A greve na base do SINDIFES, deflagrada no dia 22 de agosto de 2016, representa o pontapé inicial para assumirmos aquilo que sempre foi a marca da FASUBRA: o seu protagonismo na luta contra toda forma de desmonte do estado brasileiro e de opressão da classe trabalhadora.

Assim, vimos chamar as demais entidades da base da FASUBRA para o debate e a efetiva ação que poderá nos fortalecer nesta resistência: a greve. Neste sentido, apontamos o dia 29 de agosto de 2016 para a deflagração de um movimento nacional, forte, coeso, coerente com a nossa história de lutas, que nos fizeram referência não apenas entre os servidores públicos, como em todo o movimento sindical brasileiro.

Pauta da Greve

- Contra os ataques e o desmonte do Serviço Público e do Estado Social, através do ajuste fiscal e das propostas de limitação de gasto e congelamento de salários impostos pelo governo federal;
- Contra o Projeto “Escola Sem Partido” que propõe retirar da escola a sua atribuição de formação de cidadãos críticos, impondo a alienação da juventude;
- Contra a PEC241/16, que reduzirá por duas décadas (20 anos) as ações de redistribuição de renda, comprometendo a oferta de serviços públicos universais como Saúde, Educação, Segurança e de investimentos públicos em infraestrutura, com congelamento de salários e carreiras;
- Contra o PL4567/16, que retira da Petrobrás a condição de exploradora única do Pré- Sal; pela manutenção dos royalties (destinação de recursos) para a Educação e a Saúde;
- Contra o art. 84 da Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) 2017 que proíbe os concursos públicos;
- Contra a Desvinculação das Receitas da União (DRU) que retira orçamento da Educação e da Saúde;
- Contra a privatização da Educação através da proposta de pagamento de mensalidades nas instituições federais de ensino;
- Contra a PL 257/16, que dentre outras medidas prevê o impedimento de novas contratações e nomeação de servidores já aprovados em concursos, o que deixará a população ainda mais carente e vulnerável nos atendimentos;
- Contra o desmonte e a diminuição do atendimento do SUS e a proposta de plano de saúde acessível, desobrigando o Estado da sua obrigação constitucional;
- Contra a Reforma de Previdência;
- Contra a Flexibilização da CLT que pretende retirar direitos e benefícios conquistados pelos trabalhadores há décadas;
- Contra qualquer retirada de direitos;
- Em defesa da Democracia.

JUNTOS SOMOS MAIS FORTES!!!”

SINTUFEPE-UFRPE: “Paralisação Nacional fortalece a luta pela Educação e contra o desmonte do serviço público

Durante a mobilização, categoria denunciou os ataques do governo

No Dia Nacional de Luta em Defesa da Educação Pública e Gratuita, 11 de agosto, os técnico-administrativos da UFRPE realizaram uma panfletagem na entrada do CEGOE para conscientizar a comunidade acadêmica e a sociedade sobre os ataques do governo aos direitos da classe trabalhadora.

Além da Educação, a mobilização aprovada em Assembleia Extraordinária realizada na última semana teve como eixos: a defesa pela saúde e pelo cumprimento dos acordos de greve, a luta contra os ataques aos direitos de greve, contra o PL 257, PEC 241 e reforma da previdência.

Vandilson Rodrigues, coordenador geral do sindicato, chamou atenção para os cortes na educação, principalmente nas verbas das universidades federais, que em 2017 devem perder 45% dos investimentos. “Programas das universidades e aulas práticas serão prejudicados, além disso, temos a falta de alojamentos, de diárias para os estudantes, entre outros. Isso mexe com todos os segmentos da universidade, precisamos cobrar

também da reitoria que medidas sejam tomadas. Vamos todos juntos nos incorporar nessa luta contra esses ataques: estudantes, técnicos e professores”, complementou.

“A educação não aguenta mais sangrar, ela já está na UTI. Se não houver uma unidade dos técnicos em educação, docentes e estudantes para combatermos esses projetos que querem acabar com a educação pública no Brasil, num futuro bem próximo iremos sofrer as consequências e nos lamentarmos por não termos construído essa luta. A direção do SINTUFEPE/UFRPE faz um apelo a todos e todas para fortalecer esse movimento”, alertou Marcos Acioly, coordenador administrativo.

PL 257 e PEC 241 - A direção do sindicato chama atenção para os ataques que o PL 257 pode trazer à classe trabalhadora, como fim de concursos públicos, congelamento de salários, inviabilização da execução do Plano Nacional de Educação (PNE), entre outros. Também se destaca a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241/2016, que congela os gastos públicos por 20 anos, período em que o dinheiro economizado será canalizado para o pagamento da dívida pública, que atualmente consome quase metade do orçamento do país. Todas essas medidas recaem sobre os trabalhadores, os servidores públicos e o serviço público.

Concursados da Petroquímica Suape - Durante as falas, a direção colegiada informou que os trabalhadores concursados da Petroquímica Suape, subsidiária da Petrobrás, deflagraram greve contra a venda da estrutura para a empresa mexicana Alpek e pela garantia da manutenção dos empregos de cerca de 300 pessoas. A parte operacional já paralisou os serviços na segunda-feira (08). Os funcionários da Companhia Têxtil de Pernambuco (Citepe) devem iniciar a greve na sexta-feira (12). As duas empresas compõem o complexo petroquímico, de propriedade da Petrobrás. O SINTUFEPE/UFRPE faz um apelo aos sindicatos combativos que se solidarizem com os companheiros e fortaleçam essa luta.”

CALENDÁRIO DE ATIVIDADES

2016

AGOSTO

25	SEMINARIO STUNAM - ISP - CONTUA "TRATADOS INTERNACIONALES DE COMERCIO" - Ciudad de Mexico DF - Organiza STUNAM
26 a 28	ISP - CONTUA - COONGRESO XXXV - Ciudad de Mexico DF

SETEMBRO

06 a 08	Reunião DN FASUBRA
09 a 11	Plenária da FASUBRA
14	Reunião Ordinária do FENTAS
14 e 15	VIII Congreso Gestión Administrativa Universitaria -Ciudad de Buenos Aires - Universidad de Buenos Aires - Organiza APUBA.
15 e 16	285ª RO do CNS
21	Reunião FASUBRA/MEC, 17h – a confirmar

OUTUBRO

05	RO do FENTAS
06 a 08	Seminário Internacional: CONTUA Temário: Concepção de estado e democracia; papel dos TAE; combate às Opressões; Reunião do Conselho Executivo - Brasília.
06 e 07	286ª RO do CNS
20 a 22	III Encontro de Comunicação da FASUBRA – Brasília, UnB

NOVEMBRO

07 a 12	XXV Seminário Nacional de Segurança – Rio de Janeiro, RJ
---------	--

09	Reunião Ordinária do FENTAS
10 e 11	287ª RO do CNS
DEZEMBRO	
07	Reunião Ordinária do FENTAS
08 e 09	289ª RO do CNS
12 a 13	<u>NUEVAS FECHAS:</u> REUNIÓN DE LA UNIDAD DE TRABAJO SOBRE SERVICIOS DE SALUD, GINEBRA
19	Aniversario da Fundação da FASUBRA – 38 anos

Setor Comercial Sul (SCS) Quadra 6, Bloco A, Lote 157 - 2º andar - salas 205/207/208 – Edifício Bandeirantes – **Caixa Postal 10818** - Brasília –
Fones(61) 3349.9151 / 339.4420 / 3349.1772
-E-mail: fasubra@fasubra.org.br - portal: www.fasubra.org.br